



Nos vemos em 2002

Não há dúvidas de que a principal tarefa do PT neste momento é o seu 12º Encontro Nacional.

Os delegados e delegadas eleitos em seus Estados estarão, de 14 a 16 de dezembro, discutindo os rumos do partido para o próximo semestre, discutindo a conjuntura e construção partidária, debatendo as diretrizes para o programa de governo e política de alianças.

E não é pouca coisa. Até

porque os petistas sabem que podem governar o Brasil. Sabem que têm propostas e soluções para o nosso país e seu povo.

Às vésperas de 2002, o momento agora é de preparação e definição. É hora de ir para as ruas, ganhar a sociedade para os nossos projetos, vencer obstáculos e apresentar propostas.

Em razão dos trabalhos que desempenharemos no Encontro Nacional, esta será a última edição do PT

Notícias deste ano. Voltamos em janeiro com toda a força, informando e contribuindo com a nossa militância na construção partidária, na ação de nossos governos e nos movimentos populares.

Desejamos aos nossos fieis leitores e leitoras um final de ano cheio de alegria, saúde e esperança. A grande esperança de construirmos um país melhor para todos os brasileiros e brasileiras.

Até a vitória, em 2002!

PT notícias

JORNAL DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES — ANO V Nº 111 — DE 10 A 26/12/2001



12º Encontro Nacional prepara PT para 2002

Com previsão de 554 delegados e delegadas, o 12º Encontro Nacional do PT será realizado de 14 a 16 de dezembro, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda (PE). O Encontro Nacional encerra o Processo de Eleições Diretas (PED) do PT

O Encontro Nacional é o final de um processo que começou nos debates do PED, nos encontros municipais e estaduais", falou o presidente nacional do PT, José Dirceu. Para ele, o importante é mostrar à "sociedade que estamos unidos, que temos propostas para o Brasil e que queremos governar o país".

Dirceu acredita que este é um momento especial para o partido. "A nova direção tomará posse no Encontro, vamos elaborar as definições para diretrizes do programa de governo e política de alianças e a ação para o primeiro semestre de 2002", contou.

A escolha de uma cidade nordestina como local para realização do 12º Encontro é uma homenagem do partido ao crescimento eleitoral e organizacional do PT na região.

São esperadas pelo menos 900 pessoas, entre delegações, convidados, lideranças partidárias e personalidades.

Na pauta do encontro nacional estão conjuntura nacional e internacional, diretrizes de governo e política de alianças e construção partidária.

Programação

No dia 13 de dezembro será realizado evento cultural, às 19 horas, no Forte das Cinco Pontas, centro de Recife.

Na sexta-feira, dia 14 de dezembro, das 10 às 13 horas, acontece a cerimônia oficial de abertura do 12º Encontro Nacional do PT.

Após apresentação de um vídeo sobre o PT, serão oradores o presidente do PT pernambucano, Paulo Santana, o prefeito de Recife, João Paulo, o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, o presidente nacional do PT, José Dirceu, e um representante da delegação internacional.

Neste evento também ocorrerá a posse do Diretório Nacional, eleito no Processo de Eleições Diretas do partido, em setembro último.

Seguindo a proposta de regimento interno do Encontro, na tarde de sexta-feira serão discutidas as conjunturas nacional e internacional, no sábado, as diretrizes de governo e política de alianças e no domingo, discussões sobre construção partidária.

Discussões

O secretário nacional de Organização do DN, Sílvio Pereira, acredita que o formato deste Encontro deverá propiciar aprofundamento nas discussões políticas. "Estamos organizando o Encontro de tal maneira que os debates políticos serão o principal", relatou.

No sentido de agilizar os debates foi criada uma Comissão para discussão das Emendas à tese-guia. Segundo Luiz Dulci, que integra a Comissão juntamente com Marco Aurélio Garcia, Aloizio Mercadante, Celso Daniel, Joaquim Soriano, Valter Pomar e Markus Sokol, nos dias 10 e 11 o grupo se reúne para organizar as quase 70

emendas apresentadas.

"Uma parte deste material deverá ser incorporada à tese-guia por consenso. As demais deveremos organizar para propiciar um debate mais amplo e aprofundando sobre alguns temas, como Alca e privatizações, por exemplo", contou Dulci.

Delegação internacional

Entre os convidados internacionais que confirmaram presença estão Cuauhtémoc Cárdenas, membro do Partido da Revolução Democrática (PRD) e ex-governador da Cidade do México; Donato Di Santo, Democrático di Sinistra (Democratas de Esquerda), responsável pelas Relações com a América Latina; Helmut Markov, Partido do Socialismo Democrático (PDS), da Alemanha; deputado e membro do Parlamento Europeu; Francis Wurtz, presidente do Grupo Confederal da Esquerda Nórdica Unitária Européia/Esquerda Verde Nórdica, deputado do Parlamento Europeu; Euclides Pereira, do Secretariado do Comitê Central do Partido Comunista Português (PCP); deputado Carlos Raimundi, Frente Grande (Frepaso), Argentina.

Estão confirmadas representações diplomáticas de vários países, além disso, a Secretaria de Relações Internacionais do PT tem recebido muitas mensagens de congratulações e de êxito para o Encontro, enviadas por partidos, embaixadas e outras organizações de várias partes do mundo.



Definida Comissão de Elaboração do Programa de Governo

O Diretório Nacional do PT definiu os membros da Comissão de Elaboração do Programa de Governo (PAG) do PT. A comissão vai elaborar as propostas que serão apresentadas na campanha do partido do ano que vem.

O coordenador da comissão é o prefeito de Santo André, Celso Daniel. Além dele, outros 21 petistas integram o organismo.

Membros da Comissão

Miguel Rosseto, vice-governador do Rio Grande do Sul
Marta Suplicy, prefeita de São Paulo
Tarso Genro, prefeito de Porto Alegre
Marcelo Déda, prefeito de Aracaju
Marina Silva, senadora PT/AC
Nelson Pellegrino, deputado federal PT/BA
Aloizio Mercadante, deputado federal PT/SP;
Jorge Bittar, deputado federal PT/RJ

Gilney Viana, deputado estadual PT/MT
Marco Aurélio Garcia, secretário de Cultura da Prefeitura de São Paulo
Luiz Dulci, presidente da Fundação Perseu Abramo
Patrus Ananias, ex-prefeito de Belo Horizonte
Maria Vitória Benevides, cientista social da USP;
Maria da Conceição Tavares, economista
Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Oded Grajew, empresário, presidente do Instituto Ethos;
Ronald Rocha, sociólogo membro do Diretório Nacional
Tânia Bacelar, secretária de Desenvolvimento do Recife
Márcio Meira, antropólogo, presidente da Fundação Cultural de Belém
Matilde Ribeiro, assistente social
Marcel Frisson, membro do Diretório Nacional

RECADADO

Rumo a 2002



Vamos a Recife para irmos para Brasília, para governar o Brasil. O XII Encontro Nacional do nosso PT pode e deve ser uma demonstração a todo nosso povo e ao país que estamos unidos, que temos propostas e queremos governar. Vamos aprovar as diretrizes para nosso Programa de Governo, nossa política de alianças e um plano de ação para o novo DN, que tomará posse, concluindo o nosso processo de Eleições Diretas iniciado em maio de 2001.

O ano se encerra com o

governo FHC aprovando a flexibilização das relações trabalhistas e o país vivendo mais uma recessão, com queda de emprego e renda, particularmente das classes trabalhadoras. Estas medidas confirmam a continuidade do modelo neoliberal, agora via aprovação de sua blindagem institucional: um banco central independente.

Estamos assistindo a repetição das mesmas articulações políticas de 1989, 1994 e 1998.

Ameaçadas de perder os privilégios e o controle sobre o país, as elites políticas se aliam e se articulam com a grande mídia e o poder econômico para manterem-se no governo. A crise econômica e o esgotamento do modelo neoliberal e da coalizão conservadora agravam a necessidade desta aliança e sua ofensiva contra o PT e nossa candidatura ao Palácio do Planalto.

Os grandes beneficiados pelo modelo, o capital bancário-financeiro, as empresas privatizadas — que

hoje detêm uma reserva de mercado e de lucro por meios administrativos — e os grandes grupos multinacionais e nacionais beneficiados pelo governo aliam-se para a continuidade do sistema que se apóia numa mídia falida e ávida por investimentos estrangeiros para se livrar da falência a que fora levada pela própria política econômica que apoiara nestes últimos anos.

Nosso desafio é aprender com os erros das campanhas passadas, não aceitar as imposições e chantagens desta elite sobre nosso programa, manter nossa política de alianças e o PT unido. Nossa agenda é evitar que a escolha do nosso candidato nos divida, é aprovar nosso Programa de Governo e nossa política de alianças, manter nossos compromissos nas cidades e Estados que governamos e organizar a luta social e política para 2002, em conjunto e para além da campanha eleitoral.

A batalha de 2002, que

está sendo travada no debate programático na grande imprensa, nos ataques a nossos governos, no parlamento, nas mobilizações sociais, como foi na greve das universidades e dos servidores públicos, e nos programas de rádio e TV dos partidos políticos, depende dos pularques estaduais, de nossa política de alianças e de como vamos definir quem será nosso candidato.

Portanto, a campanha de 2002 já começou e o partido não pode esperar as prévias para se organizar e enfrentar a ofensiva desencadeada pelos nossos adversários contra nossos governos, contra a liderança de Lula e contra nossas propostas de governo. O XII Encontro é um espaço político especial para equacionar estas questões e um momento de reafirmação de nossa unidade e de nossa vontade política de governar o país.

José Dirceu
é presidente nacional do PT e deputado federal

Campanha no Maranhão desvincula miséria de governo Roseana

Uma campanha muito bem engendrada e o controle estrito sobre a mídia pela família Sarney são responsáveis pela desvinculação do estado de miséria no Maranhão com o governo de Roseana Sarney (PFL). A informação é da deputada estadual petista Helena Barros Heluy (MA). Segundo a deputada, no orçamento estadual aprovado na semana passada, 31% é destinado à comunicação do governo e 33% para verba de gabinete, em detrimento

de uma redução brutal nos recursos para áreas sociais. "Nestas condições, temos muita dificuldade em demonstrar que, há 35 anos, a única coisa que mudou com este governo é o rótulo de modernidade que o marketing de governo vem imprimindo", declara a petista. Segundo ela, Roseana acusa seus antecessores pelos problemas do Estado.

A deputada do PT lamenta também o cerco governista à tentativa de instalação de uma Comissão Parlamentar

de Inquérito (CPI) para investigar o programa de combate à pobreza rural do Maranhão, o PCPR, conhecido como Comunidade Viva. Das 14 assinaturas necessárias para a instalação, a oposição conseguiu reunir apenas metade. As denúncias de que os recursos do programa estão tendo um fim bem diferente do previsto são investigadas apenas pelo Ministério em condições precárias e enfrentando obstáculos muito grandes. A

petista tem expectativa de que com a nacionalização do governo Roseana, por meio da disputa presidencial, a insensibilidade em questões graves como a corrupção e a exploração do trabalho infantil e do trabalho adulto escravo tenham mais visibilidade.

"O PT aqui tem se preocupado muito com uma outra questão grave no Estado, que é a indiferença da Justiça com o assassinato e mutilação de meninos", exemplificou Helena

Documentos confirmam denúncia contra Taniguchi

"Essa documentação confirma a veracidade do conjunto das acusações". A declaração é do deputado estadual Ângelo Vanhoni (PT-PR), sobre a denúncia publicada no dia 3 de novembro pela Folha de São Paulo, que divulga os originais do caixa dois da campanha do prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi (PFL). Os documentos, de

acordo com o jornal, confirmam os indícios contidos no livro-caixa secreto da campanha de Taniguchi.

O jornal teve acesso a 28 documentos que indicam gastos de R\$ 1.777.784,41 na campanha do PFL no ano passado. Desse total, só R\$ 285 mil foram declarados na contabilidade entregue pelo PFL à Justiça Eleitoral. No

total, o PFL declarou que gastou R\$ 3.112 milhões na campanha de Taniguchi. A Folha divulgou no início do mês passado um livro-caixa que indicava gastos de R\$ 32,9 milhões, cerca de R\$ 29,8 milhões a mais do que o declarado oficialmente. O coordenador da campanha do PFL, Francisco Paladino, admitiu que os documentos secretos são autênticos.

O PT fez uma representação contra o PFL, junto ao Ministério Público do Paraná, que foi acatada e determinou o início das investigações pela Polícia Federal. "Estamos satisfeitos com o trabalho do Ministério Público do Paraná, que está fazendo um bom trabalho", disse Vanhoni, que disputou com Taniguchi o segundo turno da eleição em Curitiba.

VIOLÊNCIA

Polícia Federal vai investigar ameaças contra petistas

O ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, disse que a Polícia Federal irá investigar a origem das cartas endereçadas a prefeitos e vereadores do PT assinadas pela Frente de Ação Revolucionária Brasileira (Farb). A garantia foi dada no dia 6 de dezembro em audiência com comitiva de petistas liderada pelo presidente do partido, deputado José Dirceu (SP). O ministro descartou, por enquanto, a interferência da PF nas investigações sobre os assassinatos do prefeito de Campinas, Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT, e do sindicalista Aldanir dos Santos, no Rio de Janeiro.

Nas cartas aos petistas, a organização ameaça matar prefeitos, vereadores e sindicalistas de esquerda, e assume a autoria do assassinato do prefeito Toninho. José Dirceu, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), os presidentes do PT de São Paulo, Paulo Frateschi, e do Rio, Gilberto Palmares, o presidente do Sintergia-RJ (eletricitários), Alderisio Catarino da Silva, a viúva do prefeito de Campinas, Roseana Alves, e o prefeito de Embu das Artes, Geraldo Cruz, entregaram ao ministro um relatório sobre violência política

praticada contra membros do PT no período de 1998 a 2001.

"Esperamos que o governo elucide os assassinatos de Toninho e Aldanir e o atentado a bomba na casa do prefeito de Embu e de seu secretário", afirmou José Dirceu. Ele considerou "um escândalo" o rumo das investigações do caso Toninho.

Dirceu se referia especificamente ao fato de a Polícia de Campinas ter devolvido à seguradora o Vectra prata apontado por uma testemunha como o veículo de onde teriam partido os disparos. Roseana salientou a tentativa de qualificar o crime como latrocínio com a prisão de três suspeitos, que depois denunciaram torturas para confessar. Essas ações da polícia levaram a Secretar de Segurança Pública a designar policiais do Departamento Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) para investigar o caso. Sobre o assassinato do sindicalista carioca, Dirceu irá conversar também com o governador Anthony Garotinho, que afirmou elucidar o crime em 48 horas, mas não apresentou nenhum resultado.

Relatório mapeia violência

O relatório entregue pelo PT ao ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, faz um amplo mapeamento das ameaças, agressões e assassinatos de membros do PT no período de 1998 a 2001 em vários Estados.

O maior número de denúncias vem da Bahia. Durante esse período, deputados, vereadores e prefeitos de diversas cidades sofreram ameaças, atentados e agressões. O vereador de Jaguarari, Ariomar Oliveira Rocha, foi assassinado em julho de 1998.

Em agosto de 2001, no Pará, foi morto o coordenador político do Movimento de Entidades pelo Desenvolvimento da Transamazônica, Ademir Alfeu, além de oito militantes ligados à questão da terra. De maneira geral em todos os Estados há registros de agressões de policiais

e pistoleiros e ameaçadores bilhetes anônimos dirigidos aos militantes petistas.

O relatório anexou ainda dossiê da CUT sobre a violência contra os trabalhadores no Brasil e uma análise da Comissão de Direitos Humanos sobre a violência política no Brasil entre 1998 e 2000. "Ao PT não interessa produzir mártires", salienta Nelson Pellegrino (PT-BA), presidente da CDH.

Ele reiterou que a União deve considerar sua responsabilidade no sentido de garantir a prevalência dos direitos humanos civis e políticos. Segundo o deputado Nilmaro Miranda (PT-MG) a reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana discutirá as denúncias do relatório. Nilmaro representa a CDH no Conselho.

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT José Dirceu	APOIO ADMINISTRATIVO Ana Troccoli
SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO Ozeas Duarte	ILUSTRAÇÕES Vicente Mondinho
JORNALISTA RESPONSÁVEL Fernanda Estima - MT 25075	ENDEREÇO Rua Silveira Martins, 132 São Paulo, SP, CEP 01010-000 Tel.: (011) 3243-1313 Fax: (011) 3243-1348 E-mail: pnot@pt.org.br Página na internet: www.pt.org.br
REDAÇÃO Rosana Ramos, Fernanda Estima Walter Venturini e Claudio Cezar Xavier	TIRAGEM: 8.000 exemplares Fotótipo e Impressão: Artpress
DIAGRAMAÇÃO Sandra Luiz Alves	

COPIOM DE ASSINATURA

O PT Notícias é o jornal quinzenal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. A partir de agora, algumas notícias e matérias da última edição serão disponibilizadas no Portal do PT

No site, os internautas terão uma pequena amostra da edição do jornal, já que o mesmo é distribuído por meio de assinatura anual.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.
 2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil CC: 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cartão pré-pago, hídrico e cópia do comprovante de depósito)
 3) Cobrança bancária.
 4) Cartão de crédito:
 Visa Mastercard Diners

Número do cartão: _____
Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Nome: _____
Endereço: _____
Profissão: _____ Tel: _____
CNP: _____ Cidade: _____ Estado: _____
CPF: _____

Sexo: Masculino Feminino
Filiado ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana
CEP 04117-091 - São Paulo - SP
Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-09-0

CONGRESSO

Sob protestos, plenário aprova mudanças na CLT

Sob gritos de "vergonha", vindos de deputados de oposição e de ocupantes das galerias, o presidente da Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB), anunciou no dia 4 de dezembro a aprovação do projeto que permite a sobreposição de acordo coletivo à legislação trabalhista. Foram 264 votos a favor, 213 contra e 2 abstenções.

"Essa votação foi a consolidação da lei das trocas. O governo perdeu o debate com a sociedade, usou a máquina como nunca para ganhar, mas foi uma vitória parcial porque iremos lutar pela rejeição no Senado e, se necessário levar a disputa ao STF", advertiu o líder do PT, Walter Pinheiro (BA).

O deputado João Paulo (PT-SP) revelou que nos últimos dias de novembro, somente no Ministério da Agricultura (cujo ministro, Pratinha de Moraes, é do PPB), foram empenhados R\$ 34,2 milhões de 2001 e liberados R\$ 16,7 milhões de restos a pagar do Orçamento de 2000. "São as chamadas 'emendas guarda-chuva', em que os deputados escolhem posteriormente as cidades que serão beneficiadas com eletrificação rural ou patrulhas agrícolas, por exemplo", afirmou o deputado.

João Paulo adiantou que a bancada do PT faz levantamento da liberação de emendas dos parlamentares em todas as áreas do governo nos últimos dias.

Walter Pinheiro considera que o "saco de maldades" do governo não se resumirá nesse projeto, já que o Orçamento de 2002 terá redução de recursos do FAF e menos de 5% de reajuste do salário mínimo. O líder petista afirmou que o partido

obstruirá o Orçamento caso esses dados se confirmem.

Pode ser obtida em www.informes.org.br a lista completa da votação. Da relação constam os nomes dos deputados que apoiaram e que rejeitaram a proposta do governo, além das abstenções.

Rejeição do Senado

O deputado Paulo Paim (PT-RS) disse, após a aprovação da proposta que altera a CLT, que a oposição está ciente do dever cumprido. "Nossa derrota foi parcial pois a matéria não será votada este ano. Confiamos na rejeição do projeto no Senado em 2002", afirmou.

Paim lembrou que o presidente Ramez Tebet (PMDB-MS) já declarou que pretende discutir com tranquilidade a proposta. "Em um ano em que o Senado renoverá dois terços dos seus membros é muito difícil explicar o voto favorável em um projeto tão impopular", disse ainda Paim.

O deputado Jair Meneguelli (PT-SP) considera que o projeto é um "crime contra a classe trabalhadora". Ele lembra que a lei estabelece determinadas proteções cuja retirada só seria aceitável se houvesse a garantia do contrato coletivo de trabalho e do direito de greve. "Se faço greve por não aceitar imposição patronal, no outro dia o tribunal poderá julgar a greve ilegal e me fazer retornar ao trabalho. O projeto me tira a proteção e não me dá nada em troca", resumiu.

O deputado Moreira Ferreira (PFL-SP), ex-presidente da Fiesp, disse que a proposta "não tem a importância que o governo quis dar para a modernização



das relações de trabalho". Na sua opinião o governo deveria usar a mesma mobilização para aprovar a reforma tributária.

Presidente da CUT critica alterações

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), professor João Felício, criticou o projeto do governo que propõe alterações na CLT. Segundo ele, sindicatos frágeis que atuam em regiões do país onde ainda predomina o autoritarismo no setor do trabalho poderão perder muito no futuro. O presidente da CUT afirmou que o governo federal pretende, na verdade, flexibilizar a lei e os direitos da classe trabalhadora.

"O governo quer manter os direitos do artigo 7º da Constituição, mas a CLT regulamenta a aplicação dos direitos desse artigo 7º e é na regulamentação que nós, num processo de negociação nessas regiões onde os sindicatos são fracos,

poderemos perder no futuro. Nós somos contra por causa dessas regiões mais miseráveis, pobres, onde o cidadão tem dificuldades para manter seus direitos".

Felício mostrou um exemplo concreto de uma das possíveis perdas dos trabalhadores com a aprovação do projeto do governo, citando o caso do 13º salário, cujo pagamento hoje deve ser feito obrigatoriamente em duas parcelas. "Um patrão se diz impedido de conceder aumento salarial, mas, em troca, pode oferecer a antecipação de 1/12 ao mês do 13º salário, ou seja, ele propõe a substituição do reajuste que deve ser dado na data-base pelo pagamento antecipado do 13º salário e isso pode acontecer com outros direitos. Nós sempre defendemos a negociação, mas sempre partindo de um patamar mínimo que, para nós, é o que diz a lei".

João Felício ressaltou que a lei já garante a liberdade de negociação direta entre patrões e empregados e lembrou o recente acordo firmado na região do ABCD paulista, onde os metalúrgicos aceitaram a redução no salário e na jornada de trabalho na Volkswagen. Naquele episódio, observou, os trabalhadores obtiveram uma vitória ao conseguir impedir a dispensa imediata de três mil funcionários, o que geraria grandes problemas. "A maioria dos sindicatos é contra a mudança na lei. Inclusive sindicatos filiados à Força Sindical. Não vamos mudar uma coisa que já existe há 50 anos. Mudar uma lei que já existe há 50 anos atinge a grande maioria do povo brasileiro e, por isso, nós não queremos alterar. O que nós defendemos é o aperfeiçoamento da CLT, com a adoção, por exemplo, do contrato coletivo de trabalho, evitando os grandes desníveis de salário que existem hoje no Brasil".

O professor alertou também que haverá uma autêntica guerra fiscal no Brasil, com indústrias se

instalando em regiões onde não existam sindicatos fortes. Para ele, tudo o que está ocorrendo no país é provocado pela falta de crescimento econômico.

Vitória do governo foi parcial

Assim que foi encerrada a votação do projeto que altera a CLT Felício foi taxativo: "iremos lembrar ao povo, até o dia da eleição, os nomes de todos os deputados que votaram contra os trabalhadores". João Felício acredita que a vitória do governo foi parcial porque ainda há a batalha no Senado.

O sindicalista acredita que os senadores são mais independentes e irão aprofundar o debate. "O grande questionamento que colocamos foi exatamente a ausência de discussão com a sociedade sobre uma matéria que na prática poderá alterar as relações de trabalho de milhões de pessoas", afirmou.

"Este Congresso é a vergonha do Brasil" e "daremos a resposta nas urnas" eram alguns dos refrões dos poucos trabalhadores que puderam assistir à votação das galerias. O advogado constitucionalista Edson Martins, do Rio de Janeiro, desceu as escadas emocionado. "Mais uma vez os que se vendem venceram, os canalhas ganharam. É um absurdo que no contexto de crise em que estamos o governo acredite realmente que os trabalhadores têm

condições de negociar livremente a perda de direitos", afirmou.

Campanha

A Contag anunciou que vai fazer campanha contra os deputados que votaram a favor do projeto. Os nomes serão reproduzidos pelos 3.770 sindicatos e 26 federações de trabalhadores na agricultura ligados à entidade.

O repúdio ao projeto foi manifestado desde as primeiras horas do dia 4. Pela manhã, o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, foi recepcionado no aeroporto de Brasília com vaias e protestos de dezenas de trabalhadores.

Laudo diz que não houve fraude no painel

O sistema eletrônico de votação da Câmara é "robusto" e apresenta "nível de segurança adequado". A conclusão está em relatório assinado pelos três peritos da Unicamp que investigam as causas da falha do painel no dia 28 de novembro. A coordenação da bancada do PT decidiu confiar no laudo e aceitar a votação pelo painel. O laudo diz que não há indícios de fraude no sistema.

Mas, na opinião do assessor técnico da Liderança do PT Israel Bayma, "o relatório aponta que o sistema é vulnerável". Ele propõe que o sistema eletrônico passe agora por um rigoroso processo de análise de procedimentos e rotinas operacionais.

Paim diz que reagiu à provocação racista

Negro sujo, filho da p., cachorro. Foram essas as palavras que o deputado federal Ricardo Izar (PTB-SP) dirigiu ao deputado federal Paulo Paim (PT-RS), que discursava contra o projeto de mudança na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que estava sendo discutido na noite do dia 28 de novembro.

Irritado, Paim atirou o livro da Constituição na direção de Izar. O deputado petista disse que rasgou algumas folhas do livro para fazer uma simbologia da ação do governo que pretende acabar com direitos trabalhistas. Paim disse que o PT pretende processar Izar por quebra de decoro parlamentar, mesma acusação que o PFL acusa Paim de ter cometido.

"Me irritei porque ninguém é de ferro. O Ricardo Izar tentou impedir



que eu continuasse o discurso contra o projeto do governo e que estava sensibilizando o plenário, tanto que ganhamos a votação, embora os governistas tenham derrubado o quórum", disse Paim. O deputado petista se tornou o centro da polêmica em torno do projeto que acaba com direitos trabalhistas conquistados há décadas. Pior para o governo que tentou votar as mudanças apressadamente, pedindo urgência, para evitar a discussão da

proposta.

Sobre a ameaça do PFL de processar o deputado federal Paulo Paim, que simbolicamente rasgou a Constituição na tribuna e depois reagiu contra as ofensas pessoais feitas pelo deputado Ricardo Izar (PTB-SP) atirando o livro em sua direção, o líder da bancada Walter Pinheiro disse que o processo é uma balela. "O Paim é o velho metalúrgico que sabe a dureza que foi conquistar esses direitos. Ele estava na Constituinte de 1988 e muitos que estavam no plenário ontem estiveram em berço de ouro enquanto o Paim comeu o pão que o diabo amassou", afirmou o líder petista. Walter Pinheiro confirmou que o PT vai entrar hoje com ação contra Ricardo Izar. "Ele deveria ter coragem de dizer os palavrões no microfone", declarou o deputado do PT.

Os direitos constitucionais que eventualmente dependeriam de lei para ter eficácia, serão excluídos desse novo projeto do governo. Leia abaixo os direitos que estão na mira do projeto de FHC:

- A proposta contra dispensa arbitrária ou sem justa causa;
- O FGTS;
- Piso salarial;
- O 13º salário;
- A remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
- A proteção do salário;
- A participação nos lucros;
- O salário-família;
- A remuneração da hora

- extra superior a 50% do valor da hora normal;
- O abono de férias superior a um terço do valor do salário;
- A licença à gestante;
- A licença-paternidade;
- A proteção do mercado de trabalho da mulher;
- O aviso-prévio proporcional e os adicionais de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas.

INTERNACIONAL

Integração soberana e digna

“Somos favoráveis a uma integração dos nossos países, com pleno respeito à soberania e à autodeterminação dos povos”

Falando na abertura da reunião do Foro de São Paulo, em Havana, em nome dos partidos e organizações do Cone Sul, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do honra do Partido dos Trabalhadores, fez um balanço das políticas neoliberais aplicadas na região, disse porque é necessário questionar a imposição da ALCA pelos Estados Unidos e defendeu uma integração soberana e digna dos países da América Latina e do Caribe.

Lula começou afirmando que “na primeira reunião do Foro de São Paulo, há quase onze anos, o neoliberalismo vivia o seu melhor momento. A idéia das privatizações, da diminuição do papel do Estado, da integração inevitável na globalização neoliberal - tudo isso parecia inquestionável e quem ousava ser contra era tratado como dinossauro ou incompetente. Não foram poucos os companheiros que tiveram vergonha de se dizer de esquerda naqueles tempos. Hoje, os ‘bambinos’ de ouro do neoliberalismo, como Collor, Salinas, Menem e Fujimori estão desmoralizados e alguns deles presos ou foragidos. Outros, que ainda governam, esperam para receber o julgamento dos seus povos. Aumento da pobreza, do desemprego e da corrupção foram e têm sido as marcas principais de suas administrações.”

“Somos favoráveis a uma integração dos nossos países, com pleno respeito à soberania e à autodeterminação dos povos”, disse Lula.

“Queremos integração com

autonomia política, econômica e cultural. A ALCA nesse sentido não é um projeto de integração. O processo desenvolvido na União Européia é, sim, um exemplo a ser considerado.”

Lula disse também que “não existe na proposta da ALCA qualquer política para enfrentar as diferenças econômicas e sociais entre os países mais ricos e mais pobres do nosso continente”. Além disso, continuou, “querem fazer a integração deixando Cuba de fora, como se Cuba não existisse - cabe à esquerda latino-americana apontar a todo momento no mapa do mundo a existência de Cuba”. E advertiu que, “com o processo de anexação econômica que os EUA estão querendo impor à América Latina e ao Caribe, a indústria dos nossos países não sobreviverá”.

O discurso de Lula durou pouco mais de 20 minutos e emocionou o presidente de Cuba, Fidel Castro, e os mais de 400 representantes de partidos, organizações de esquerda, movimentos sociais e culturais da América Latina que lotaram o auditório do Palácio de Convenções de Havana, na manhã do dia 4 de novembro.

Reunidos pela primeira vez após os atentados terroristas de 11 de setembro e da guerra dos Estados Unidos contra o Afeganistão, os participantes do Foro têm como objetivo principal definir uma visão conjunta sobre a situação mundial e debater diretrizes gerais para a esquerda e as forças progressistas da região.

“Este Foro - disse Lula - não pode deixar de definir nossa posição sobre a paz. Somos contra o terrorismo, que não ajuda a luta da esquerda e dos povos, mas não podemos aceitar que, em nome do combate a esses abusos, se faça uma vedada prática de terrorismo de Estado, fomentando guerras, bombardeando o Afeganistão e ameaçando outros países como a Líbia e o Iraque.”



“A paz que a esquerda deseja no mundo inteiro só vai acontecer quando a riqueza produzida pela humanidade for distribuída de forma justa, para que todos os povos do mundo possam viver com dignidade - é assim que construiremos um mundo de paz.”

Defesa de alianças

Ao falar sobre as dificuldades da esquerda latino-americana, Lula fez uma advertência aos membros do Foro de São Paulo: “Temos de discutir sobre nossas virtudes, mas também sobre nossas deficiências. Muitas vezes falamos como se quiséssemos ou pudéssemos construir o socialismo em quatro anos. A história não se faz ao ritmo das nossas ansiedades. Pensamos que temos as melhores posições, mas parece que nem sempre o povo nos entende. Acredito que muitas vezes nós utilizamos discursos que são

entendidos somente por nós mesmos.”

Lula utilizou duas imagens para explicar suas posições sobre esse assunto: a história do pescador do livro “O Velho e o Mar”, de Hemingway, e o bom funcionamento de uma orquestra. No primeiro caso, ele comparou a conquista de um grande objetivo com a impossibilidade de realizá-lo e usufruir dele plenamente. O velho pescou o grande peixe, em uma significativa lição de vida e persistência, mas não conseguiu colocá-lo a salvo no próprio barco, o que fez com que sua presa fosse praticamente devorada por outros peixes.

“Um cardume de pequenos peixes pode significar - disse Lula - acabar com a fome nos nossos países, no nosso continente. Não vamos pensar nem agir como se a história terminasse com a nossa passagem pela terra.

Mesmo que tenha sido uma vez, ou apenas com um gesto, vamos contribuir para melhorar efetivamente a vida de milhões de seres humanos que vivem excluídos socialmente por esse modelo neoliberal.”

No exemplo da orquestra, Lula defendeu a unidade na diversidade, ou seja, a necessidade de uma política correta de alianças para que a esquerda possa vencer eleições, governar e ajudar de fato a mudar a vida dos povos: “Seria monótono e ineficaz se as orquestras tivessem somente um tipo de instrumento. É preciso que sejam muitos e variados, com bons maestros, para tocarmos bem, por exemplo, a 5ª Sinfonia de Beethoven.”

Lula explicou, comentando a própria viagem, que é fundamental ser coerente e manter os princípios: “Se fosse ouvir conselhos e raciocinar somente em termos dos interesses eleitorais do PT, não viria agora a Cuba nem iria à Venezuela encontrar Chávez, nem mesmo ao Peru, porque o Toledo também enfrenta problemas nas pesquisas”. Mas, se agisse assim para ganhar, perguntou ele, o que se poderia esperar em caso de vitória?

Concluindo, Lula disse a Fidel e ao povo cubano: “Tenho absoluta noção das críticas que Cuba e o governo cubano recebem todos os dias de grande parte da imprensa no Brasil e no mundo. Mas vou lhes dizer: ‘Obrigado Fidel Castro’. Obrigado por vocês existirem. Vocês dão demonstração todos os dias de que é melhor fazer menos do que poderíamos fazer, de cabeça erguida, do que ceder e perder a auto-estima - é melhor fazer pouco, mas com dignidade. A velhice é implacável: debilita o nosso corpo e enrug a nossa pele - mas a traição aos ideais é pior, porque enrug a própria alma. Embora o seu rosto

esteja marcado por rugas, Fidel, sua alma continua limpa porque você nunca traiu os interesses do seu povo.”

Lula foi aplaudido por quase cinco minutos, com a plateia de pé. Fidel Castro levantou-se e lhe agradeceu com um longo e comovido abraço.

Comitiva do PT

O Secretário de Cultura da Prefeitura de São Paulo e membro do Diretório Nacional e da Comissão Executiva Nacional do PT, Marco Aurélio Garcia, o ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, e a integrante do coletivo da Secretaria de Relações Internacionais, Clara Charf, também participam da comitiva.

O Foro de São Paulo surgiu há dez anos por iniciativa do PT e de outros partidos da esquerda latino-americana, entre eles a Frente Ampla do Uruguai, o PRD do México, PC de Cuba, FMLN de El Salvador e FSLN da Nicarágua.

O secretário de Relações Internacionais do PT, deputado federal Aloizio Mercadante (SP), e o presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu (SP) participaram da delegação do partido nesta viagem, mas decidiram esperar a votação do Projeto de Lei do Governo relativo à CLT, marcada para esta semana na Câmara dos Deputados. Mercadante poderá ir a Cuba conforme o encerramento da votação.

Lula seguiu com Cristovam Buarque para o Peru, onde se encontrou com o presidente Alejandro Toledo, e, depois, para a Venezuela, onde terá encontro com o presidente Hugo Chavez.

Carlos Tibúrcio
é assessor de Comunicação do Instituto Cidadania, de Havana

Lula e Alejandro Toledo rechaçam Alca

O presidente do Peru, Alejandro Toledo, tomou o café da manhã no dia 6 de dezembro, em Lima, com o dirigente petista Luiz Inácio Lula da Silva e comitiva em sua residência particular. A conversa girou em torno da situação do Mercosul, da Alca e da integração latino-americana, além de projetos específicos de interesse dos dois países.

Lula vinha de Cuba e visitará o presidente da Venezuela, Hugo Chavez. Depois do café, Toledo e Lula falaram à imprensa.

Ambos manifestaram posições em favor da integração dos países latino-americanos e contra a proposta da Alca. Lula defendeu o Mercosul e considerou que a Alca “é um processo de anexação

de mercados por parte dos Estados Unidos”. Toledo informou que as negociações estão avançadas na Comunidade Andina e que é fundamental que o processo de

integração se dê em condições de igualdade entre todos os países.

O governador petista do Acre, Jorge Viana, que se integrou à delegação em Lima, conclamou o

presidente peruano a apoiar a construção da estrada do Pacífico, que está em fase de conclusão do lado brasileiro e cuja inauguração está prevista para agosto de 2002.



A equipe de comunicação do PT estará disponibilizando, em tempo real, no Portal do partido (www.pt.org.br) a cobertura do 12º Encontro Nacional. Discussões e votações, os temas em debate e demais informações do evento produzidos pelos jornalistas do Portal do PT (Linha Aberta), em parceria com os companheiros da Agência Informes e do Recife, diretamente do Centro de Convenções de Pernambuco.



NOTAS

Empresas de comunicação

O assessor técnico da Liderança do PT Israel Bayma disponibilizou estudo sobre a concentração de propriedade de empresas de comunicação no Brasil. O documento está no NUD (Núcleo de Documentação da bancada) e na internet (www.pt.org.br/assessor/infra.htm).

Fórum da Amazônia oriental

Terminou no dia 1º de dezembro, em Imperatriz, cidade do oeste do Maranhão administrada pelo PT, a III Conferência do Fórum da Amazônia Oriental (FAOR). Entre as deliberações do encontro estão a exigência da suspensão dos grandes projetos na Amazônia, definição de uma política agrícola que tenha como base a agricultura familiar, que considere a realidade amazônica, investir na formação e capacitação de organizações de base e movimentos populares, reestruturação do FAOR, defesa de uma política de demarcação das terras indígenas, criação de grupos de trabalho na área de meio ambiente, gênero, cidades, direitos humanos, articulação entre as diferentes organizações do campo e cidade na luta em defesa da terra, água e pela reforma agrária.

Relatório de Direitos Humanos

Foi lançado no dia 5 de dezembro o Relatório de Direitos Humanos no Brasil 2001, publicado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. O Relatório é dividido em cinco partes. O prefácio é de Dom Paulo Evaristo Arns. São abordados temas como "A tortura nas Forças Armadas", "A espionagem do Exército e a questão dos mortos e desaparecidos políticos", "Vala de Perus", o Massacre do Carandiru, trabalho escravo, a violência crescente contra trabalhadores rurais, massacre em Eldorado dos Carajás, entre outros. Informações: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, (11) 3275-4789/3271-1237 ou (21) 7843-8811. E-mail: redc@social.org.br

FSM divulga primeiras oficinas

Já estão sendo divulgadas as atividades do Fórum Social Mundial, que será realizado a partir

de janeiro em Porto Alegre. É o caso das oficinas que serão realizadas na sede da Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Adufrgs) na rua Octávio Corrêa, 45, Cidade Baixa, próxima ao Centro, entre os dias 1º de janeiro e 4 de fevereiro. Na sede da Adufrgs acontecerão as oficinas "Língua e Identidade: que política linguística, para qual globalização?"; "Por Uma Nova Babel: tradução e tradutores no mundo global"; "A Informação no Mundo Globalizado"; "A Integração Latino-Americana, alternativa à homogeneização fragmentadora"; "Poder da Internet x Poder na Internet" e "Linguagens e Cultura popular".

Lucros dos bancos dobram na Era FHC

Pesquisa encomendada à empresa Austin Asis pelo Jornal do Brasil mostra que o lucro anual dos 30 maiores bancos brasileiros triplicou entre 1994, ano de lançamento do Real, e o ano passado. O total acumulado desses lucros é de R\$ 21 bilhões, dinheiro suficiente para construir um milhão de casas populares. As principais fontes dos lucros bancários foram operações cambiais, ou seja, a especulação cambial, e as tarifas cobradas dos clientes. Na Era FHC, deu-se uma gigantesca transferência de renda de toda a sociedade para os bancos.

O lucro dos bancos também engorda graças à taxa básica de juros definida pelo Banco Central e que determina todas as outras taxas: foi a maior do mundo na média dos últimos quatro anos. A taxa de juro real básica no Brasil foi quase o dobro da de outros países com juros já bastante altos, como Argentina e China.

Esses dados tornam ainda mais escandaloso o auxílio do Banco Central aos bancos via Proer, que está sendo alvo de investigação por uma CPI na Câmara dos Deputados.

Panorama sombrio

O relatório do Panorama Social da América Latina 2000-2001, da Cepal, apresenta cenários sombrios, de miséria e estagnação. Mais de 60% dos latino-americanos vivem com até US\$ 2 por dia ou menos. No Brasil, cerca de 30% das famílias, ou 37,5% das pessoas, ainda estão abaixo da linha de pobreza. O número de pobres no Brasil subiu entre 1995 e 1999 de 50 milhões para 53 milhões de pessoas.

SENADO

Relatório da CPI do futebol é resultado do apelo popular

A atenção da população com a crise dos clubes de futebol teria sido a principal pressão para que o relatório final da CPI do Futebol fosse aprovado por unanimidade no Senado. A avaliação é do senador petista Geraldo Cândido (RJ), após o anúncio da aprovação por 12 votos a zero, no dia 6 de dezembro, que pede o indiciamento de 17 pessoas, a maioria, dirigentes de clubes ou federações, e do presidente da CBF, Ricardo Teixeira. De autoria do senador Geraldo Althoff (PI-SC) o relatório acusa alguns dos principais comandantes do futebol brasileiro de terem se enriquecido à custa de desvios de recursos de clubes e federações.

Entre os resultados desta CPI, o senador petista aponta propostas legislativas de alteração do estatuto dos clubes, que hoje desamparam os atletas por falta de recursos. "Daqui para a frente, os dirigentes ficarão inibidos de fazer a farra com o dinheiro do torcedor", diz Cândido. O senador lembra

que a população está cansada de ver o "estado de mendicância" a que seus clubes chegaram e a incapacidade dos clubes amadores de desenvolver um trabalho de formação dos atletas. "A CBF que já superavitária, hoje tem mais de 27 milhões de dívidas, enquanto os grandes clubes não conseguem mais manter a folha de pagamento de seus craques que acabam indo para o exterior", denuncia o petista.

Para ele, esta investigação "só termina em pizza, se o fômo do Ministério Público Federal quiser". "O mínimo que o Geraldo Brindeiro tem a fazer é alavancar a investigação", disse o petista, sobre o procurador-geral da República. Cândido espera que o MP se debruce com rigor sobre as provas documentais levantadas pela CPI. Para o petista, a CPI cumpriu seu papel com as diligências e quebras de sigilo para levantamento de documentos na Receita federal, no Banco Central, na Polícia Federal e na

Previdência. "Se não pegamos tudo, pegamos o grosso da bandidagem", afirma o senador. Segundo ele, além dos 17 indiciados, o relatório cita muitos outros envolvidos em crimes de evasão de rendas, sonegação fiscal, fraude, perjúrio, falsidade ideológica, e até crime eleitoral, entre outras atividades ilícitas.

A surpresa da votação foi a posição do senador Gilvan Borges (PMDB-AP). Ele pretendia apresentar um relatório alternativo, mas, isolado, acabou desistindo. Borges votou a favor "com restrições" e foi o único a criticar a forma como a CPI foi conduzida. Cândido denuncia que a "bancada da bola" tentou repetir as manobras da CPI da Nike na Câmara, mas não conseguiram. "Ensaíram desmontar o relatório, mas se deram mal", disse o petista. Segundo ele, os próprios partidos de senadores envolvidos com os clubes trataram de trocar titulares por suplentes na CPI para evitar o mal estar de

senadores seus tentando defender Ricardo Teixeira, por exemplo.

Pisaram na bola

Além de Ricardo Teixeira, o documento pede ao Ministério Público o indiciamento dos presidentes de federações Eduardo José Farah (São Paulo), Eduardo Viana (Rio) e Elmer Guilherme Ferreira (Minas). A lista inclui ainda: o deputado e presidente do Vasco, Eurico Miranda (PPB-RJ); o ex-presidente do Santos Samir Abdul-Hak; o técnico do Corinthians, Vanderlei Luxemburgo; o presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva; o ex-presidente do Flamengo, Dunshee de Abranches, os ex-dirigentes vascaínos Antônio Soares Calçada, Paulo Reis e Mário Cupello.

Na relação ainda aparecem os dirigentes da Federação Paulista, Pedro Yves Simão e José Paulo Fernandes; os dirigentes da CBF José Salim e Marco Antônio Teixeira; e o empresário Reinaldo Pitta.

Sócrates incentiva esporte para jovens carentes em Ribeirão Preto

A Prefeitura de Ribeirão Preto, cidade do interior de São Paulo administrada pelo PT, lançou um programa de incentivo ao esporte para jovens carentes em parceria com a iniciativa privada. É o projeto de Ação Educativa Social, que terá como símbolo o ex jogador de futebol Sócrates, considerado um ícone do esporte em Ribeirão

Preto.

O projeto prevê a atuação conjunta do poder público e da iniciativa privada para tornar viável o acesso de jovens ao esporte, educação e trabalho, procurando desenvolver suas capacidades corporais, cognitivas, afetivas e de interação social. A implementação do projeto está prevista para

fevereiro do próximo ano.

A intenção é viabilizar clínicas de basquete nos bairros, com supervisão técnica e também bolsas de estudo, com critérios a serem definidos e divulgados oportunamente. Também serão disponibilizados postos de trabalho para jovens na rede McDonalds, uma das

empresas que participa do projeto. Para isso, a empresa deve se cadastrar no programa Primeiro Emprego, da Prefeitura de Ribeirão Preto. "O projeto terá efeitos sociais importantes, além de efeitos positivos sobre a criança e a formação de atletas", disse o prefeito Antonio Palocci.

Mídia mal utilizada pode gerar doenças



A Comissão de Seguridade Social e Família discutiu semana passada a classificação indicativa de programas de rádio e televisão. Participaram representantes das emissoras de rádio e TV, do Ministério Público, da sociedade e do Ministério da Justiça. O debate foi centrado nas diferentes formas de violência às quais estão expostas crianças e adolescentes.

O diretor da regional Brasília do SBT, Flávio Cavalcanti Júnior, criticou um

dos artigos do PL nº 2.134/96, que considera imprópria para exibição em rádio e TV obra que sugira ou ilustre comportamento violento. "Se for desse jeito não poderemos sequer exibir 'Hamlet' na programação", afirmou.

A representante da ONG Direito dos telespectadores (Tver), Ana Cristina Olmos, rebateu: "a discussão conceitual não é a exibição da violência em si, mas a forma como os programas dirigidos à criança passam a

idéia de que a violência é uma forma legítima de resolver conflitos". Ana Cristina criticou ainda a visão das emissoras de que a criança e o adolescente são um consumidor em potencial.

Psicanalista que trabalha com crianças e adolescentes, Ana Cristina constatou o aumento da anorexia e bulimia principalmente entre as meninas, ansiosas para se enquadrar no padrão de beleza da magreza vendida pela programação dirigida aos adolescentes. Ela

também considera uma forma de violência a propaganda de uma infinidade de produtos aos quais a maioria da população não tem acesso por motivos econômicos.

A deputada Angela Guadagnin (PT-SP) adiantou que em 2002 será realizado um seminário sobre a questão na Câmara. A ONG Tver pretende apresentar experiências internacionais de controle democrático da sociedade sobre a programação.